

## **Decreto-Lei nº 204/95, de 5 de Agosto**

### **Planos de Poupança em Ações**

Foi alterado pela **Lei nº 85/2001**, de 4 de Agosto.

## **Decreto-Lei nº 158/2002, de 2 de Julho**

### **Aprova o Regime Jurídico dos Planos de Poupança-Reforma, dos Planos de Poupança-Educação e dos Planos Poupança-Reforma/Educação**

Foi alterado sucessivamente pelo **Decreto-Lei nº 125/2009**, de 25 de Maio, pela **Lei nº 57/2012**, de 9 de Novembro e pela **Lei nº 44/2013**, de 3 de Julho.

## **Portaria nº 1451/2002, de 11 de Novembro**

### **Composição das carteiras dos PPR, PPE e PPR/E**

Regulamenta a composição das carteiras dos PPR/E.. Foi alterada pela **Portaria nº 176/2018**, de 20 de junho.

## **Portaria nº 1452/2002, de 11 de Novembro**

### **Reembolso em caso de Frequência ou Ingresso em Curso do Ensino Profissional ou do Ensino Superior**

Regulamenta o reembolso dos PPE e PPR/E em caso de Frequência ou Ingresso em Curso do Ensino Profissional ou do Ensino Superior.

## **Portaria nº 1453/2002, de 11 de Novembro**

### **Reembolso do Valor dos Planos de Poupança-Reforma**

Regulamenta o reembolso do valor dos Planos de Poupança-Reforma. Foi alterado pela **Portaria nº 341/2013**, de 22 de Novembro e pela **Portaria nº 432-D/2012**, de 31 de Dezembro.

## **Decreto-Lei nº 12/2006, de 20 de Janeiro**

### **Regula a Constituição e o Funcionamento dos Fundos de Pensões e das Entidades Gestoras de Fundos de Pensões a Supervisão das Instituições de Realização de Planos de Pensões Profissionais (IRPPP)**

Regula a constituição e o funcionamento dos Fundos de Pensões e das Entidades Gestoras de Fundos de Pensões. Alterado e republicado (consolidado) pela **Lei nº 147/2015**, de 9 de setembro e posteriormente alterado pelo **DL 127/2017**, de 9 de Outubro e pela **Lei nº 35/2018**, de 20 de julho.

## **Lei nº 4/2007, de 16 de Janeiro**

### **Aprova as Bases Gerais do Sistema de Segurança Social**

Define as bases gerais em que assenta o Sistema de Segurança Social e compreende o Sistema de Protecção Social de Cidadania, o Sistema Previdencial e o Sistema Complementar.

## **Lei nº 70/2013, de 30 de Agosto**

### **Estabelece os Regimes Jurídicos do Fundo de Compensação do Trabalho, do Mecanismo Equivalente e do Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho**

Estabelece os Regimes Jurídicos do FCT, do ME e do FGCT.

## **Lei nº 147/2015, de 9 de Setembro**

### **Aprova o regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora e resseguradora**

Aprova o regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora e resseguradora, bem como o regime processual aplicável aos crimes especiais do setor segurador e dos fundos de pensões e às contraordenações cujo processamento compete à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, transpondo a Diretiva 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Novembro de 2009.

## **Lei nº 148/2015, de 9 de Setembro**

### **Aprova o Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria**

Aprova o Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria, transpondo a Diretiva 2014/56/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, que altera a Diretiva 2006/43/CE relativa à revisão legal das contas anuais e consolidadas, e assegura a execução, na ordem jurídica interna, do Regulamento (UE) nº 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, relativo aos requisitos específicos para a revisão legal de contas das entidades de interesse público.

## **Lei nº 83/2017, de 21 de Agosto**

### **Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo**

Estabelece medidas de natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo. Transpõe parcialmente para a ordem jurídica interna a Diretiva 2015/849/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 2015, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro e das atividades e profissões especialmente designadas para efeitos de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo, bem como, a Diretiva 2016/2258/UE, do Conselho, de 6 de dezembro de 2016, que altera a Diretiva 2011/16/UE, no que respeita ao acesso às informações anti branqueamento de capitais por parte das autoridades fiscais. Estabelece, também, as medidas nacionais necessárias à efetiva aplicação do Regulamento (UE) 2015/847, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 2015, relativo às informações que acompanham as transferências de fundos e que revoga o Regulamento (CE) 1781/2006. Revoga a Lei n.º 25/2008, de 5 de junho, e o Decreto-Lei n.º 125/2008, de 21 de julho.

## **Decreto-Lei n.º 7/2019, de 16 de Janeiro**

### **Regime Jurídico da Distribuição de Seguros e Resseguros**

Aprova o regime jurídico da distribuição de seguros e de resseguros, transpondo a Diretiva (UE) 2016/97, altera a Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, que aprova o regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora e resseguradora, bem como o regime processual aplicável aos crimes especiais do setor segurador e dos fundos de pensões e às contraordenações cujo processamento compete à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, e revoga o Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de julho.